

TESE:

É PRECISO OUSAR!

ARTICULAÇÃO SINDICAL BANCÁRIA

PORTO ALEGRE – ABRIL DE 2013



**11º CONGRESSO
ESTADUAL DA
FETRAFI**

A unidade nos fortalece



1. CONJUNTURA ATUAL

1.1.INTERNACIONAL

001. A nova ordem econômica mundial apresenta o estabelecimento de novos atores protagonistas. As nações que dominaram, até então, os principais mercados ocidentais, amargam severas crises provocadas por modelos econômicos que desconsideraram e ampliaram as desigualdades sociais. O Neoliberalismo não foi capaz de produzir o equilíbrio dos mercados, as inversões de prioridades e os investimentos necessários para estabilizar economias fundamentadas em bases frágeis como as de um castelo de cartas. O desprezo pela economia real e a “aposta” na especulação financeira conduziu países de todos os continentes a situações que beiraram o caos. Assim como os mercados, a crise se tornou global.

002. Em movimento contrário, alguns países periféricos acertaram ao fortalecer seus mercados internos. A receita foi simples: produzir, elevar a renda e deixar a economia girar. Só não mergulharam em profundas crises aqueles países que compreenderam a importância das políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento econômico com inclusão social. A nova receita é simples e antiga: fazer, realmente, o bolo e melhorar a sua divisão! Somente obtiveram êxito aqueles que focaram na produção, priorizaram a geração de empregos e ampliaram a renda das suas populações.

003. Agora, a bola está com os BRICS. E não é por acaso. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul apresentam pontos em comum: grandes territórios; disponibilidade de recursos energéticos e de mão-de-obra; potencial de crescimento dos mercados internos; e políticas públicas voltadas para ampliação de renda e inclusão social.

1.2. NACIONAL

004. O Brasil mudou! É inegável a transformação econômica e social ocorrida nos últimos dez anos. E esta mudança é o resultado de governos

do campo democrático popular que inverteram as prioridades e focaram na geração de empregos e redistribuição de renda.

005. Não se fala mais em desemprego! Um contingente significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade social foi incluído em políticas públicas e programas sociais que elevaram sua condição social.

006. A política de valorização do salário mínimo, bandeira da CUT que encontrou espaço nos dois mandatos do Governo Lula e também no Governo Dilma, permitiu uma mudança histórica para a classe trabalhadora.

007. Embora ainda muito distante de ser um país socialmente justo, este processo de transferência de renda, que se complementa com uma série de programas sociais, somados a investimentos na área de educação, prepara o país para os desafios futuros. Os avanços sociais estão estabelecidos. A sociedade brasileira não aceitará retrocessos! A classe trabalhadora reconhece, na Presidenta Dilma, a garantia de continuidade das transformações sociais iniciadas no governo Lula. O trem do Neoliberalismo perdeu forças!

008. Agora, o Brasil pensa no Brasil!

009. O PAC2 fomenta e financia novos investimentos em infraestrutura, transportes, energia, construção civil, agricultura, produção animal, indústria, pesquisas tecnológicas e turismo. O Estado recuperou, qualificou e ampliou suas funções públicas. Está mais presente na vida do cidadão.

010. O grande desafio é eliminarmos a miséria, ampliarmos a renda da população e alcançarmos a condição de nação desenvolvida. Acabar com a miséria: este é o objetivo do programa Brasil Sem Miséria!

011. De exportador de mão-de-obra ilegal, passamos a ser objeto de desejo dos estudantes europeus, que não veem perspectivas nos seus países de origem. Deixamos de ser o “País do Pelé e do Carnaval” para virarmos o “País das Oportunidades”!

012. Os bancos públicos seguem como fiéis da balança no Sistema Financeiro Nacional. Em 2012, a ação das instituições financeiras públi-

cas impôs ao Sistema uma redução no spread bancário. Esta ofensiva foi positiva, mas deve continuar! Os juros cobrados no país ainda são uns dos mais elevados do mundo. Os bancos continuam lucrando e explorando (trabalhadores e sociedade) com a mesma voracidade!

013. Infelizmente, os bancos públicos reproduzem as posturas dos privados, fazendo uso do assédio moral como prática de gestão, novos planos como instrumento de “cortes”, descomissionamentos, etc.
014. A busca pelo superávit primário pelo Governo Federal propicia a busca, nas empresas públicas, de resultados positivos a qualquer preço, induzindo a um ambiente que leva à precarização das condições de trabalho, falta de pessoal, metas abusivas, **assédio** moral e adoecimento dos trabalhadores.
015. A CUT acerta ao eleger como prioridades o desenvolvimento, a cidadania e a valorização do Trabalho. Será um enfrentamento forte com setores mais conservadores, que tencionam muito o Governo. Nós também não podemos deixar de pressionar. Sem lutas, não haverá conquistas! Notamos o distanciamento do Governo Dilma em relação ao movimento sindical ao traçarmos um comparativo na relação dos sindicatos com o Governo Lula.

1.3. ESTADUAL

016. A produção do Rio Grande do Sul ainda gira muito em torno da agricultura e da produção animal, que dão origens a cadeias produtivas que representam a maior fatia das riquezas produzidas no Estado. O problema consiste que setores estão sujeitos às condições climáticas. O desenvolvimento de novas tecnologias de produção, somadas a uma política de crédito voltada para a busca de excelência, tendem a minimizar os riscos de prejuízos e valorizar o setor. O sucesso da agricultura e da produção animal representa o desenvolvimento regional.
017. Observamos, também, a retomada e o crescimento da indústria naval, que impulsiona o de-

envolvimento em uma das regiões mais pobres do Estado. O impacto dos investimentos nesta área pode ser verificado pelo fortalecimento da indústria da construção civil e pela elevação de preços dos imóveis na região de Rio Grande. A região, antes esquecida, agora chega perto da condição de pleno emprego.

018. Mesmo com toda esta evolução e uma mudança de cenário, pois vivemos, anteriormente, um período de governo neoliberal com Yeda Crusius; a relação do funcionalismo público estadual com o Governador Tarso sofreu desgaste nos primeiros dois anos de mandato. Embora tenha ocorrido valorização do salário mínimo regional, os servidores demonstram frustração em relação às suas demandas, baseados no histórico político e partidário do governante gaúcho. Dele, esperam a valorização dos salários; recuperação financeira do IPE; uma solução para o desequilíbrio econômico do Plano PB1 da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS); além de implantação do novo Plano de Cargos e Salários negociados com os funcionários do Banrisul.

2. PROJETOS PARA A PRÓXIMA GESTÃO DA FEDERAÇÃO

019. A finalização da construção do novo prédio da FETRAFI/RS, em Porto Alegre, é o grande desafio da entidade para a próxima gestão, no que diz respeito a melhoria dos recursos materiais da entidade.

a) PLANO DE LUTAS E AÇÃO SINDICAL

O SINDICATO DEVE SE ORGANIZAR PELA BASE

020. A principal tarefa da nossa estratégia sindical no próximo período é fazer com que os nossos sindicatos de base coloquem como centro, como prioridade da sua ação sindical:

A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS/AS TRABALHADORES/AS A PARTIR DOS LOCAIS DE TRABALHO.

PROPOSTAS PARA OLT:

021. Participar ativamente de campanha nacional a ser desenvolvida pela CUT, pela aprovação de legislação que garanta a OLT no sistema de organização sindical brasileiro, assim como pela implantação das OLTs.
022. A FETRAFI/RS orientará os sindicatos para que estes incluam, nos seus estatutos, a criação da comissão sindical de empresa/de base, ou comissão sindical por local de trabalho, ou ainda, representantes/delegados sindicais eleitos/as pelos/as associados/as do sindicato naquela empresa, com eleições coordenadas e organizadas pelo sindicato, com o objetivo de fortalecer o processo de negociação permanente a partir do local de trabalho, acompanhar os assuntos de interesse dos/as trabalhadores/as no cotidiano, fiscalizar o cumprimento do acordo ou convenção coletiva de trabalho por parte da empresa etc. **Isso não se confunde com o papel do sindicato, de negociar por ocasião da data base os termos do acordo ou convenção coletiva.**
023. Seguindo princípios CUTISTAS, devemos avançar na organização das mulheres trabalhadoras, garantindo as cotas de gênero de no mínimo 30% em todos os espaços da Entidade: na Direção, em atividades de formação, de representação e de delegação.

b) POLÍTICAS PERMANENTES:

SAÚDE

VIOLÊNCIA ORGANIZACIONAL E ASSÉDIO MORAL NA CATEGORIA BANCÁRIA.

024. A precarização do trabalho que objetiva a maximização dos lucros com a diminuição de custos trabalhistas, e que se manifesta através de terceirização, banco de horas, da contratação irregular de estagiários, entre outros mecanismos e práticas largamente utilizadas pelos bancos, gerando entre os trabalhadores o medo do desemprego, que é constante nos ambientes de tra-

balho e é utilizado como instrumento gerencial para ampliar exigências.

025. As consequências dessas vivências repercutem na individualidade do trabalhador, interferindo com a sua qualidade de vida, levando-o a desajustes sociais e transtornos psicológicos e o colocando face a face com situações de enfrentamento. Diante desse quadro, faz-se necessário discutir como o **assédio moral** se manifesta, e é percebido pela gerência e funcionários e tratado dentro das organizações, uma vez que é um fenômeno presente na realidade organizacional, mas que frequentemente é banalizado nos bancos, e até ignorado; algumas vezes por indiferença, outras por desconhecimento ou necessidade.
026. Para assegurar o cumprimento de metas irrealistas e normas organizacionais, as organizações bancárias têm como recursos: a comparação entre os pares, o estímulo à competição, a supervalorização dos resultados, a avaliação de desempenho e a ascensão profissional atreladas aos resultados das vendas, cobranças exageradas, pressão, humilhações, exposições exageradas, constrangimentos e ameaças.
027. A cobrança por resultados, o controle excessivo exercido pelo computador – que controla tudo o que o funcionário faz e o tempo que leva para fazê-lo, juntamente com a pressão imposta aos trabalhadores em função da rentabilidade e do lucro, aceleram a competição e o individualismo entre os colegas. Isso faz com que trabalhem cada vez mais de forma fragmentada, em clima de rivalidade, de medo, de delação, para ver quem consegue sobreviver no local de trabalho.
028. Faz-se urgente dar visibilidade à violência silenciosa da organização do trabalho, pois o **assédio moral** degrada as condições de trabalho, a dignidade e a saúde das pessoas, pelo esforço contínuo e repetitivo de adaptação do trabalhador ao ritmo de produção, num contexto de desvalorização e de desrespeito à dignidade e aos limites do ser humano.
029. **Portanto é essencial afirmar que o assé-**

dio moral é um problema que surge a partir das teorias e práticas organizacionais dos bancos, fruto das políticas de gestão de pessoal e produtividade.

030. Dessa forma, trabalhar com a lógica de **conflitos no ambiente de trabalho** é descaracterizar o assédio moral e culpabilizar novamente o trabalhador(a) bancário(a) que é vítima deste processo, o que fortalece ainda mais ataques desta natureza.
031. O **combate** de forma eficaz ao assédio moral no trabalho exige a formação de um coletivo multidisciplinar, envolvendo diferentes atores sociais: os sindicatos; as empresas; o estado em suas diversas esferas e instâncias, bem como os profissionais de várias áreas, tais como: advogados, médicos, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, administradores, entre outros. Estes são passos iniciais para conquistarmos um ambiente de trabalho saneado de riscos e violências e que seja sinônimo de cidadania.
032. A importância das leis como instrumento de prevenção, mudando as políticas de gestão da empresa e não deixar se instaurar procedimentos de humilhação e desqualificação das pessoas. Devemos lutar para **implantar e implementar políticas de prevenção dentro dos bancos não tratando de forma descolada ou mesmo ajustando a terminologias que não caracterizam o que é assédio moral**. Assim, calar-se em caso de assédio moral é contribuir para a proliferação deste e para a permanente impunidade das organizações.

ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO

TRANSFORMANDO INDIGNAÇÕES EM CONQUISTAS

033. A discriminação por orientação sexual é uma das realidades que mais fortemente resiste e desafia o mandamento constitucional da

igualdade, e sem que seja vencida tal realidade discriminatória, cidadãos continuarão a ver negligenciados direitos e garantias fundamentais, em virtude de preconceito e intolerância. Pensar uma sociedade em que o direito ao exercício pleno da sexualidade seja respeitado enquanto direito privado, em que nem o Estado nem setor algum da sociedade possam interferir, é um grande desafio para a sociedade contemporânea.

AÇÕES

034. · Fortalecer a participação do segmento LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), criando grupos de trabalho para a elaboração de planos e objetivos no Combate à Violência e à Discriminação contra LGBTT e de Promoção da cidadania homossexual, visando a ampliar o repasse de informações sobre o tema e, sobretudo sensibilizar a categoria bancária e a sociedade brasileira para uma cultura de paz e respeito à diversidade e da não discriminação contra homossexuais,
035. · Apoiar a elaboração de instrumentos técnicos para acolher, apoiar e responder demandas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais,
036. · Criação de um sistema de informação em Direitos humanos da população LGBTT,
037. · Estabelecer e implantar estratégias de sensibilização dos operadores de direito, assessorias legislativas, ONG's e gestores de políticas públicas sobre os direitos de homossexuais.

ETNIA

038. No ramo financeiro, negras e negros tem menos oportunidades de trabalho, além de receberem salários menores que mulheres e homens de outras etnias. A FETRAFI/RS tem o dever de denunciar e a responsabilidade de pautar este tema na sociedade gaúcha. A Federação deve fomentar, divulgar e apoiar, inclusive financeiramente, as ações de seus Sindicatos filiados que

dialoguem com o tema da igualdade.

039. Nossa Entidade deve ser protagonista na sociedade gaúcha. A elaboração de um calendário anual, com destaque para a Semana da Consciência Negra, dialoga com a importância do tema.

FORMAÇÃO

040. A ascensão do novo sindicalismo, assim chamado o sindicalismo combativo surgido no final da década de 70, trouxe consigo uma nova classe dirigente formada por lutadores que por longos anos fizeram o enfrentamento ao regime ditatorial e à classe dominante.
041. Esses dirigentes sindicais, na sua maioria, vieram ideologicamente formados. Oriundos do movimento estudantil, da igreja, de partidos políticos, de organizações políticas clandestinas, de alguma forma já tinham recebido algum conhecimento que lhes permitiram saber o significado de sua intervenção e do seu papel na defesa dos interesses dos trabalhadores e na construção da democracia.
042. Sabiam que vinham para organizar os trabalhadores e liderar a luta de classes. Entretanto, o passar do tempo e o envolvimento nas lutas diárias fizeram com que a formação de novos quadros fosse deixada para segundo plano. Com isso, ocorreu um fenômeno facilmente explicado: a chegada aos sindicatos de uma leva de dirigentes sem a mínima consciência do papel a ser desempenhado. Isso resultou num forte refluxo no avanço dos trabalhadores. Também a falta de uma pauta mais ideológica e um forte apelo economicista recebido nos locais de trabalho ajudaram a trazer para a direção sindical lideranças comprometidas apenas com o resultado, sem saber que as vitórias somente serão alcançadas no campo da luta de classes.
043. Esse cenário mostra a importância de fortalecer as políticas de formação da FETRAFI/RS. Para tanto, propomos:
044. a) continuidade do projeto de formação, iniciado em 2009, dirigido aos novos dirigentes

sindicais não liberados;

045. b) realização de cursos específicos direcionados aos dirigentes liberados, delegados sindicais, vanguarda e demais lutadores, visando qualificá-los para a sua missão cotidiana, tais como: matemática financeira, cálculos sindicais, comunicação, oratória e desinibição, economia política, história das lutas dos trabalhadores, previdência pública, previdência complementar e análise de conjuntura, dentre outros;
046. c) realização de palestras sobre análise de conjuntura ou tema da atualidade sempre que forem realizadas reuniões do Sistema Diretivo da FETRAFI-RS;
047. d) firmar convênios com a Escola Sul-CUT, Dieese e universidades para a realização de cursos de especialização com temas voltados para a atividade sindical.

COMUNICAÇÃO

048. A FETRAFI/RS, auxiliará as entidades sindicais filiadas para que estas tenham acesso e possam oferecer, aos seus associados, informativos e materiais relativos à campanhas elaboradas pela CONTRAF/CUT e pela CUT.

JURÍDICO

049. A FETRAFI/RS tem o papel fundamental de informar, orientar e representar os seus sindicatos. O Departamento Jurídico cumpre uma parte estratégica nesse contexto. Para tanto, é necessário somar esforços para instituir uma rede jurídica que permita a ampliação e o aprofundamento de temas, debates e ações inerentes à preservação e à ampliação das conquistas e dos direitos dos trabalhadores em instituições financeiras.
050. O Jurídico precisa avançar em sua área, interagindo com outros operadores do direito, possibilitando o diálogo de nossa categoria com toda a sociedade. Desafios como as práticas antissindicais, os Interditos Proibitórios e suas Atas Notariais, por exemplo, serão vencidos com os respectivos debates ideológicos,

para os quais precisamos estar preparados e instrumentalizados; disseminando pelo Estado, nos mais variados fóruns, a visão e a defesa do trabalhador.

051. As ações judiciais precisam ir além das que possuem o propósito da recuperação financeira e monetária. Precisamos, por exemplo, estudar novas estratégias para garantir o exercício do direito de greve, fundamental para avançar as lutas da categoria. Também devemos avançar e propor alternativas em temas como saúde, meio ambiente, direito do consumidor e segurança.

052. Precisamos ampliar o debate sobre a reforma e a estrutura sindical, envolvendo os trabalhadores, legitimando-os e fortalecendo os sindicatos filiados.

053. Frente a todas essas questões, entre outras, é preciso continuar investindo nas assessorias técnicas e melhorando a estrutura do Departamento Jurídico, a fim de garantir eficácia e resolutividade às ações propostas, inclusive, possibilitando a integração contínua e permanente da FETRAFI/RS e sindicatos filiados.

SEGURANÇA BANCÁRIA

054. A FETRAFI/RS deve orientar e instrumentalizar seus sindicatos filiados para que estes elaborem e encaminhem, nos municípios de suas respectivas bases territoriais, projetos de lei e suas referidas regulamentações. A iniciativa visa criar ou qualificar legislação já existente sobre segurança bancária em todos os municípios gaúchos.

055. O objetivo é garantir a segurança e a integridade física dos trabalhadores, dos clientes e da sociedade, como um todo. Em especial, leis que estabeleçam a obrigatoriedade de instalação de vidros blindados na fachada das agências, portas giratórias em todos os acessos ao estabelecimento, circuitos de monitoramento interno e externo por câmeras de segurança, biombos para dar privacidade aos clientes, entre outras.

056. A divulgação de dados estatísticos relacionados aos crimes cometidos é fator de pressão contra as instituições financeiras.

APOSENTADOS

057. A luta pelo fim do Fator Previdenciário, pela valorização dos benefícios de aposentadoria, bem como a implementação de planos de previdência complementar por todas as empresas do ramo financeiro, serão pauta permanente da Federação.

c) ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

058. Para avançar na construção do ramo, a Federação Estadual deve exercer um papel primordial na ampliação da organização territorial, na medida em que tem a possibilidade de organizar e unificar a luta dos sindicatos no Estado. A Federação deverá investir numa uniformização do modelo de organização dos seus sindicatos de base através de um processo de padronização dos estatutos norteados pelos princípios CUTistas, com mecanismos de fortalecimento da democracia interna, garantindo a ampliação da participação dos trabalhadores e trabalhadoras, através da constituição de organizações nos locais de trabalho com enraizamento dos sindicatos na base, através da unificação de data base e consequente fortalecimento do poder de negociação e de luta dos sindicatos.

3. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO, PAPEL E COMPROMISSO DA GESTÃO

059. A Federação deve ser uma organização democrática e seguir os critérios de participação propostos pela CUT, tendo como compromisso fundamental a defesa dos interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores do ramo financeiro.

Porto Alegre, 1º de março de 2013.

ASSINAM ESTA TESE

ARI ALORALDO DO NASCIMENTO
DEVANIR CAMARGO DA SILVA
EDISON LUIS AMARAL DE MOURA
CLAUDETE GENUÍNO MAROCCO
EDSON RAMOS DA ROCHA
ERNESTO HUMBERTO DOS SANTOS
JORGE LUIS CONSMINSKI LUCAS
NATALINA ROSANE GUÉ
MARISTELA DA ROCHA
MILENA DE CÁSSIA SILVA DE OLIVEIRA
PEDRO LEONARDO DA LUZ LOSS
RONALDO DE SOUZA GROSS
SANDRO ARTUR FERREIRA RODRIGUES
TIAGO VASCONCELLOS PEDROSO